

“Retratos do Não-Dito...”: Configurações do Trabalho Domiciliar na Indústria de Confeções de Goiás

Alessandro Gomes Enoque
Luiz Alex Silva Saraiva

Resumo

Nesse artigo, o objetivo foi compreender as configurações do trabalho domiciliar em um importante pólo de confecções do estado de Goiás. Por meio de um estudo qualitativo foram efetuadas 15 entrevistas semiestruturadas, material tratado por meio da análise do discurso. Os sugerem um quadro de precarização generalizada associada ao trabalho domiciliar. À medida que as casas também passam a constituir espaços de trabalho, observam-se influências diversas sobre a dinâmica da família, empregada na atividade laboral, sobre a extensão da jornada de trabalho, já que não se tem como “ir embora” para casa, e sobre a identidade das mulheres, já que o trabalho domiciliar leva ao acúmulo de obrigações domésticas e profissionais.

Palavras-chave: Trabalho Domiciliar. Indústria de Confeções. Goiás

1. INTRODUÇÃO

Os relativamente escassos estudos sobre trabalho domiciliar em todo o mundo estão relacionados, fundamentalmente, às dificuldades conceituais e metodológicas referentes à matéria. Não há, por assim dizer, um consenso em torno da sua definição, o que implica a utilização de abordagens metodológicas que, muitas vezes, apresentam resultados bastante divergentes. Aliado a isso, este tipo de trabalho se insere em um contexto de invisibilidade, não constando, pelo menos claramente, nas estatísticas oficiais, e tampouco nas documentações de empregadores e sindicatos. Não surpreende, portanto, o uso de termos como “trabalho invisível”, “força de trabalho escondida” e “trabalho subterrâneo”, entre outros, por parte dos autores.

As dificuldades referentes ao tema não geram, no entanto, imobilidade. Ao contrário, suscitam questões relevantes que podem contribuir, sobremaneira, para a compreensão da dinâmica dos mercados de trabalho no Brasil e no mundo. Em primeiro lugar, por que neste tipo de trabalho convergem duas esferas importantes da vida social contemporânea – casa e trabalho. Outro aspecto importante diz respeito ao fato de que novas tecnologias proporcionam, cada vez mais, o aparecimento de novas atividades que podem ser executadas dentro do espaço da casa. Da mesma forma que a máquina de costura foi uma tecnologia importante no trabalho domiciliar do Século XIX, os computadores pessoais reacendem este tipo de atividade na contemporaneidade. Por fim, o trabalho domiciliar está, na maioria das vezes, associado a grupos sociais tradicionalmente desprivilegiados no mercado de trabalho como mulheres, crianças e negros.

A partir desses pontos, nesse trabalho o objetivo é compreender as configurações do trabalho domiciliar em um importante pólo de confecções do estado de Goiás, Brasil: Jaraguá. Em uma pesquisa qualitativa, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas no período de abril a setembro de 2012, material tratado por meio da análise do discurso. Os principais dados da pesquisa sugerem que há, na cidade pesquisada, uma extensa rede de subcontratação de pequenas “facções” que exercem atividades (informais) de costura e acabamento para várias empresas do país. No que diz respeito ao trabalho executado nestes espaços, pôde-se constatar um quadro de precariedade com baixos salários, insalubridade, longas jornadas, bem como ausência de direitos sociais, o que revela uma dinâmica

contraditória de acumulação e riqueza por parte das empresas contratantes, e de empobrecimento e precarização no que tange ao processo produtivo que sustenta tais organizações.

2 CRISE DO PARADIGMA FORDISTA E O TRABALHO DOMICILIAR

Há um relativo consenso entre os estudiosos no sentido de que problemas estruturais dentro do capitalismo ocorreram em princípios da década de 1960 (Harvey, 2000; Kumar, 1997; Castells, 2000; Antunes, 2000). Nesta época, a recuperação do parque produtivo e da economia dos países da Europa Ocidental e do Japão já tinha se completado e grande parte dos seus esforços caminhava no sentido da busca de mercados de exportação para seus produtos. Ao mesmo tempo, um grande número de países do terceiro mundo (da América Latina, em particular) modificava suas políticas de substituição de importações visando sua inclusão no mercado internacional. Como decorrência destes dois processos, a competição internacional se intensificou brutalmente e teve significativos impactos para as economias industrializadas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a ocorrência de déficits comerciais na balança de pagamentos, no ano de 1961, apontava, claramente, a necessidade de uma reação por parte do capital. Tal reação se constituiu na forma de novas racionalizações da produção, na incorporação de novas tecnologias e na redução de custos e salários. Com relação a estas estratégias, alguns aspectos devem ser destacados. O primeiro diz respeito ao fato de que as novas tecnologias utilizadas mantinham, em grande parte, a concepção fordista de organização da produção, ou seja, buscavam acelerar o parcelamento das funções e intensificar o ritmo de trabalho.

Nesse sentido, a resistência dos trabalhadores se materializou em termos de uma “fuga do trabalho”. Simplesmente, esta nova mão de obra não estava disposta a aceitar, ao contrário de seus pais, um tipo de tarefa desumanizante e frenética, tendo passado a “fugir do trabalho” nesses moldes. Uma das consequências deste fenômeno denominado “fuga do trabalho” foi a redução dos níveis de produtividade das empresas. Conforme destaca Heloani (2000, p. 76), “(...) esta evasão originou uma queda na produção e na produtividade, que contribuiu para o crescimento da relação capital investido por produto obtido”. A importância deste fato está relacionada à ideia de que níveis decrescentes de produtividade, aliados a custos salariais e de produção altos, bem como uma demanda agregada reduzida, geram, necessariamente, reduções nas margens de lucros das empresas. Nesse sentido, Gonçalves (1999) nos mostra que a taxa média de lucro das empresas norte-americanas caiu de um patamar de 20% no período 1947-1969 para o nível de 12,4% em 1970-1983. Não é de se estranhar, portanto, que na época (e ainda hoje), a atratividade das aplicações financeiras superava imensamente os investimentos em produção. A incapacidade da economia real em proporcionar taxas de lucro adequadas aliadas ao processo inflacionário provocado pela guerra do Vietnã fazia com que grande parte dos recursos fosse transferida para o mercado financeiro.

Conforme Antunes (2000), a queda na lucratividade das empresas e, principalmente, a sua incapacidade potencial de recuperação, fez com que as taxas de acumulação de capital fossem sensivelmente reduzidas. Neste sentido, as possibilidades de crescimento da produtividade e da produção, base de sustentação do paradigma fordista, ficaram ainda mais limitadas. Com relação a este aspecto, Castells (2000) nos mostra que as taxas médias de crescimento no período de 1973-1993 (baixíssimas nos EUA e Canadá) estiveram sempre em patamares inferiores a 2% da produtividade total dos fatores. Se compararmos estes valores com aqueles atingidos durante a “época de ouro” do fordismo (1945-1973) veremos que as diferenças são gritantes.

O problema da redução dos níveis de produtividade diz respeito, basicamente, à ideia de que eles serviam como um referencial na formulação das políticas salariais das empresas. De acordo com a concepção fordista, os ganhos de produtividade alcançados pelas organizações produtivas eram, em parte, repassados aos ganhos salariais dos trabalhadores. O objetivo básico dessa estratégia era a criação de um mercado de massa para os produtos fabricados por essas empresas (norma salarial fordista). Como os níveis de produtividade começaram a apresentar baixas taxas de crescimento, os

ganhos salariais por parte da classe trabalhadora também foram ínfimos. O impacto mais imediato disto é uma relativa redução do nível de renda da população e o conseqüente decréscimo da demanda. Se aliarmos a isto o aumento da competição internacional e do custo dos insumos, veremos que a situação das empresas, nesta época, era extremamente delicada. Ao ver seus mercados consumidores reduzirem-se sensivelmente, e conseqüentemente sua própria lucratividade, a estratégia das empresas constituía-se em novas reduções de custos, criando-se um “círculo vicioso” do qual não podiam sair. Ao mesmo tempo, a redução e a variação sistemática da demanda decretava definitivamente o fim do consumo de massa. Cumpre dizer que a ideia de produção de massa para mercados estáveis de consumo invariáveis tinha chegado ao fim.

Tendo em vista as dificuldades de expansão da esfera produtiva-real das economias capitalistas maduras (insuficiência de demanda agregada), as estratégias utilizadas pelo capital foram bastante variadas. Em primeiro lugar, buscou-se uma ampliação dos mercados consumidores via gastos estatais. A velha política Keynesiana do intervencionismo estatal buscava, mais uma vez, resolver os problemas do capitalismo. O problema residia, no entanto, na dificuldade do Estado em captar recursos para se manter como o agente regulador da economia. Como grande parte das empresas apresentava quedas de lucratividade, ele passou a sofrer reduções substanciais em suas receitas fiscais que, em teoria, manteriam a economia em funcionamento. Com a política fiscal debilitada, a saída estatal estava, segundo Harvey (2000, p. 136) “(...) na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável”. Não é necessário dizer que tal política teve, como uma de suas conseqüências fundamentais, o aumento generalizado da inflação e a queda do poder aquisitivo do dólar. De qualquer forma, o “(...) ímpeto da expansão do pós-guerra se manteve no período 1969-1973 por uma política monetária extraordinariamente frouxa por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra” (Harvey, 2000, p. 136). Não se deve pensar, no entanto, que o surto inflacionário tenha ultrapassado o ano de 1973. Medidas governamentais tomadas no governo Nixon, aliadas aos efeitos da decisão da OPEP em reduzir a produção de petróleo, terminaram por lançar a economia norte-americana em um período de forte deflação (1973-1975).

O Estado não saiu, no entanto, ileso de qualquer tipo de responsabilidade. A partir desta época, os questionamentos com relação ao seu papel se tornaram cada vez mais frequentes. Dentre os críticos mais representativos do papel do Estado podemos destacar aqueles provenientes da Escola de Chicago (“*Chicago Boys*”). Retomando um discurso liberal, inspirado nos trabalhos de Friedman e de Hayek, advogavam o fim do Estado intervencionista keynesiano. De acordo com estes autores, os governos deveriam privatizar suas empresas estatais, desregular seus mercados de trabalho, reduzir gastos com mecanismos de amparo social (previdência social, seguro-desemprego), abrir seus mercados ao capital estrangeiro, além de liberalizar o câmbio com vistas a facilitar o movimento internacional de capitais.

A resposta para tal enigma encontrava-se na expansão do comércio internacional de bens e serviços, no aumento dos fluxos de investimento externo direto e das relações contratuais, bem como na atuação de empresas transnacionais. São representativos, portanto, os dados apresentados por Castells (2000, p. 102) sobre o aumento da participação do comércio internacional na fabricação de produtos manufaturados. Segundo o autor, “(...) a proporção de produtos manufaturados comercializados internacionalmente na produção total do globo foi de 15,3% em 1973, 19,7% em 1980, 22,2% em 1988 (...)”. Da mesma forma, a economia internacional passou a apresentar altas taxas de crescimento dos investimentos externos diretos. É representativo deste fato, portanto, a ideia de que somente no ano de 1992 a quantidade de investimentos estrangeiros diretos tenha atingido valores da ordem de US\$ 2 trilhões.

A expansão de novos mercados, conectando os segmentos produtivos de cada país a uma rede global, necessitava, no entanto, de dois fatores importantes. O primeiro diz respeito aos desenvolvimentos tecnológicos associados à revolução da informática e das telecomunicações. Além da redução dos custos das operações financeiras e produtivas, a emergência de um novo paradigma

produtivo, baseado em grande parte na primazia da informação sobre a técnica, fez com que a própria noção de informação/conhecimento se transformasse na mercadoria do novo processo produtivo. É dentro desta perspectiva, avaliada mais adiante neste trabalho, que a própria noção de trabalho e de qualificação sofre um importante impacto.

O segundo fator, que está, de certa forma, relacionado aos desenvolvimentos tecnológicos, é o aumento da mobilidade dos capitais dentro da economia internacional. Como foi ressaltado acima, a situação do capitalismo mundial em princípios da década de 1970 era delicada. Por um lado, as empresas sofriam um aumento significativo da concorrência de produtos estrangeiros gerando, por consequência, excessos de capacidade de produção. Por outro lado, a forte resistência do operariado, materializada pelo fenômeno da “fuga do trabalho”, fazia com que os níveis de produtividade caíssem substancialmente. Todos estes fatores, aliados ao aumento dos insumos de produção (petróleo principalmente) e do recrudescimento do processo inflacionário, fizeram com que a lucratividade das empresas reduzisse bastante. Frente a tal realidade, os esforços das instituições financeiras caminharam no sentido de ampliar suas possibilidades de investimento fora da esfera produtiva-real buscando, assim, melhores taxas de retorno para o seu capital. Neste sentido, Antunes (2000, p. 29) nos mostra que uma das expressões mais importantes da crise estrutural do capital durante a década de setenta foi, exatamente, a “(...) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos”. Não é de se estranhar, portanto, que Martin e Schuman (1998) tenham se espantado com o atual volume de dinheiro circulante dentro do mercado financeiro internacional. Segundo os autores, o volume diário normal de trocas monetárias transitava, em 1996, com algo em torno de 1,5 trilhão de dólares, ou seja, quase que o PIB anual da Alemanha naquele ano.

É dentro desse novo contexto que há um ressurgimento da discussão a respeito do trabalho domiciliar. De acordo com Dangler (1989), essa retomada do trabalho domiciliar atenderia, principalmente, a necessidade das empresas no que diz respeito ao atendimento de demandas de mercado flutuantes e a redução de custos operacionais. Graças ao aumento da competição interfirmas no mundo, as empresas estariam utilizando, cada vez mais, amplas de redes de subcontratação onde o elo final da cadeia seriam os trabalhadores domiciliares individuais. Para este autor, o trabalho domiciliar seria um tipo particular de descentralização da produção cuja expansão nas décadas recentes estaria atado ao processo global de reestruturação do capital. Para Dangler (1989), em setores produtivos particulares (como por exemplo a indústria de eletrônicos), este tipo de atividade estaria tendo um papel fundamental na competição baseada em custos.

Para Delaney (2004), tal força de trabalho, estimada em termos globais em aproximadamente 300 milhões de indivíduos, estaria intimamente relacionada ao crescimento do setor informal. Tal associação pode ser visualizada, ainda, em Pearson (2004) que afirma ser crescente a relação entre informalidade e trabalho domiciliar. Para a autora, mesmo países com setores formais tradicionalmente estruturados (no caso latino-americano: Chile e Argentina) ou com economias fortemente planificadas (economias do leste europeu), testemunharam crescentes aumentos em atividades de cunho domiciliar. Em uma perspectiva próxima, Silver (1989) afirma que, em momentos de maior desemprego e pobreza haveria uma tendência de aumento no número de trabalhadores domiciliares.

É importante destacar, neste sentido, que há um relativo consenso por grande parte dos autores (Felstead; Jewson, 2000; Dangler, 1989; Tomei, 1999; Abreu, 1986) apontando para o crescimento numérico desta atividade. Ao analisar a realidade americana a partir dos dados do Censo Populacional de 1990, Felstead e Jewson (2000), apontam, por exemplo, um crescimento de, aproximadamente, 56% no número de indivíduos que trabalham em casa entre as décadas de 1980 e 1990.

Utilizando dados do *Labour Force Survey* (LFS), Felstead *et al.* (2000) apontam uma tendência semelhante para o mercado de trabalho inglês. Os autores apontam que o contingente de indivíduos que afirmavam trabalhar “principalmente em casa” (“*mainly at home*”) praticamente dobrou entre os anos de 1981 e 1998. No que se refere ao primeiro ano, o número de trabalhadores girou em torno de 345.920 (cerca de 1,5% do total da força de trabalho), enquanto que no segundo ano (1998) o valor foi

de 680.612 (2,5%). Outro exemplo de crescimento no cenário europeu é o caso francês. Para este país, o percentual da força de trabalho com idade superior a 15 anos que trabalhava em casa girava, em 1992, em torno de 0,8%. Em 1996, no entanto, este valor subiu para algo em torno de 5,0%. Analisando exemplos de outros continentes, Felstead e Jewson (2000), mostram dados relacionados aos Censos Populacionais de Hong Kong (1961, 1971 e 1981) que apontam um crescimento no percentual de mulheres que trabalham em casa da ordem de 4,71% entre os anos de 1971 (0,34% do total de mulheres) e 1981 (5,05%).

Para Dangler (1989), no entanto, este “novo” e “crescente” trabalho domiciliar não estaria restrito, contudo, às indústrias tradicionais (têxtil e calçadista, por exemplo). O aparecimento do computador e da internet fizeram com que o rol de atividades domiciliares possíveis amplie-se consideravelmente. Para Felstead e Jewson (2000), esta série de inovações tecnológicas e gerenciais aumentou, consideravelmente, as possibilidades de ganho a partir do espaço do domicílio. Para os autores, atualmente, atividades diversas como: montagem de componentes eletrônicos, endereçamento de envelopes, processamento de reclamações de seguros, processamento de textos, dentre outros, podem ser executadas dentro do espaço da casa por trabalhadores domiciliares.

3. METODOLOGIA

Foi efetuada uma pesquisa qualitativa voltada para compreender as configurações do trabalho domiciliar na indústria de confecções de Goiás, a partir dos de um amplo espectro de discursos que perpassou desde donos de empresas de confecções e fábricas até trabalhadores alocados em seus próprios domicílios. No que tange a técnica de coleta de dados, foram realizadas entrevistas orientadas por um roteiro semiestruturado (Godoi; Mattos, 2006) dividido em cinco eixos temáticos: o indivíduo, a empresa, o setor, o processo produtivo e o trabalho. As entrevistas foram gravadas e transcritas, de modo que as falas pudessem ser recuperadas e analisadas conforme a orientação teórica e os objetivos da pesquisa. A atividade de coleta de dados foi realizada no período entre abril e setembro de 2012, em um total de quinze entrevistas efetuadas, gerando um material de 637 horas de gravação – cerca de 43 minutos por entrevista.

A justificativa para a utilização de entrevistas semi-estruturadas neste trabalho reside no fato de que o entendimento da realidade pesquisada deveria ser buscado no próprio discurso fornecido pelos entrevistados. Na medida em que falam de sua própria realidade, os entrevistados deixam transparecer, além dos fatos objetivos, elementos subjetivos que podem ajudar a esclarecer o fenômeno estudado. Para Cardoso (1999, p. 21), o discurso seria “(...) fruto do reconhecimento de que a linguagem tem uma dualidade constitutiva e que a compreensão do fenômeno da linguagem não deve ser buscada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora do pólo da dicotomia língua/fala”. Nesse sentido, a análise de dados se insere no campo da análise de discurso. Por uma questão de espaço, foram suprimidos os fragmentos discursivos coletados, tendo sido preservado, contudo, o seu sentido.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. O PÓLO DE CONFECÇÕES DE JARAGUÁ

Conforme o Censo Populacional Brasileiro do IBGE (2010), Jaraguá encontra-se na mesorregião do centro goiano, especificadamente na microrregião de Anápolis. Com uma população de aproximadamente 42 mil habitantes e uma renda per capita de R\$ 8.286,12, a cidade apresenta 1.241 empresas formalizadas e atuantes em diversos setores.

Com uma economia originalmente ligada ao agronegócio, especialmente voltado para as culturas de abacaxi, milho e feijão, Jaraguá iniciou, a partir dos anos 1970, seu direcionamento rumo a

um pólo de confecções (fabricação de jeans). A história da produção de confecções inicia-se com a chegada de um alfaiate de Goianésia, Ildevam Pereira da Silva (nome dado, inclusive, ao centro de capacitação e treinamento), juntamente com seus irmãos. Tal empresário, ao observar a alta demanda por roupas no período de festas da cidade (festa do divino, festa da pecuária, festa de castelo, entre outras), abriu uma confecção que, em um primeiro momento, fazia peças sob medida.

O sucesso deste empresário, aliado a uma rede de apoio voltada ao setor de confecções (SEBRAE, SENAI, CETEMJ, Prefeitura, Fornecedores), fez com que a cidade se tornasse um dos principais pólos de confecções goianos, especialmente na fabricação de jeans, o “ouro azul”. Atualmente, estima-se que existam cerca de 800 confecções na cidade (entre formais e informais) que fabricam jeans, malhas, camisaria, roupas de banho, entre outros. Todavia, a fabricação de jeans é o foco principal da maioria das confecções locais, ocupando quase toda a mão de obra. Em meados da década passada, Jaraguá e outras cidades da região foram consideradas como um exemplo de Arranjo Produtivo Local (APL) referências para o desenvolvimento de outras regiões, tendo influenciado cidades como Goianésia (malha de uniforme), São Francisco (bermudas), Itaguaru (roupas íntimas), a buscarem, também, seu desenvolvimento.

4.2. CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DOMICILIAR

A mão de obra predominante neste tipo de empreendimento parece ser, em sua maioria, de natureza familiar. A utilização do espaço da casa como *locus* de produção e reprodução parece ser uma escolha até certo ponto natural para os componentes destes pequenos empreendimento. Há, por assim dizer, uma imbricação de duas realidades distintas (casa e trabalho) que tornam ainda mais complexas as relações familiares e as relações de trabalho. Conforme pode ser visto no fragmento (01), o espaço da casa passa a ser "invadido" pelas atividades de facção que se apropria dos diversos cômodos da casa.

Tal invasão parece afetar não somente a organização dos espaços, mas também, a própria dinâmica familiar, especialmente, no que diz respeito a temporalidade e a divisão de papéis. Tendo em vista o fato de que a remuneração destes empreendimentos é baseada na produtividade, bem como a ideia de que determinadas etapas do processo produtivo são gargalos (lavanderia, por exemplo), o tempo de trabalho destas pessoas no domicílio acaba por avançar até a noite, infringindo uma longa jornada de trabalho para os mesmos. Assim, conforme o trecho (02), um dos grandes "desejos" destes indivíduos consiste, exatamente, na construção de galpões em seus terreiros para tentar, de alguma forma, separar as duas dinâmicas (casa e trabalho).

Há uma ideologia do trabalho árduo como forma de superação da dificuldade, conforme os fragmentos (03) e (04) no uso dos termos "guerreiro" e "lutador", bem como a aquisição e desfrute de bens materiais ("Corolla") parece denotar, no imaginário popular, a ideia de que é possível ascender socialmente em uma sociedade tradicionalmente marcada pelas relações desiguais. Em relação a forma de pagamento pelo serviço prestado, destaca-se que há uma tendência pelo pagamento por produção por parte das empresas (ou indivíduos) contratantes. Nesse sentido, o custo do acabamento acaba gira em torno de R\$ 1,00 a R\$ 2,00 por peça, variando de acordo com a complexidade do trabalho a ser executado. Há que se destacar, no entanto, que a matéria-prima utilizada no acabamento é fornecida pela empresa ou indivíduo contratante e que o dano causado a uma peça é de responsabilidade do executor do serviço.

Entre as atividades do acabamento, cumpre destacar uma que é especialmente desempenhada no espaço do domicílio, qual seja, o "catar linha". Tal atividade, "invisível" e "precarizada", é a última etapa do processo produtivo de fabricação do Jeans na cidade de Jaraguá/GO e é desempenhada por mulheres e seus filhos (trechos 05, 06, 07 e 08).

É interessante notar, neste sentido, a primeira frase do fragmento (09) na qual o enunciador afirma que "em casa são os anônimos que falam". Inicialmente, convêm destacar a associação entre o gênero feminino (grupo social tradicionalmente discriminado em nossa sociedade) e o termo

anonimato. Nesse sentido, o "anonimato" destas catadoras de linha poderia estar relacionado com sua ausência no espaço e a sua conseqüente segregação ao espaço do domicílio. Neste espaço, portanto, a mulher seria detentora de "voz". Derivada desta constatação, a "voz" destas mulheres não seria ouvida na rua, tradicionalmente associada ao masculino.

A decisão destas mulheres de optar pelo trabalho de catar linha em casa tem impactos identitários. Quando o universo da reprodução e da produção convergem em um mesmo espaço físico e na mesma pessoa, a possibilidade de criação de uma identidade autônoma fica debilitada. Nessa perspectiva, os papéis demandados pelo gênero feminino como: costurar, lavar e cuidar dos filhos (fragmento 10) são reforçados e, conseqüentemente, repassados às filhas menores. Outro fator a ser levantado na decisão da mulher de se trabalhar em casa está relacionado a imposição, por parte dos maridos, de que as mesmas não podem efetuar atividades remuneradas fora do domicílio (fragmento 11). Em relação aos espaços da casa onde tal tarefa é desempenhada, parece haver uma preferência pelas áreas externas (varandas, principalmente), uma vez que tais locais apresentam maior ventilação e luminosidade.

Quanto a escolha destas mulheres para catar linha, podemos observar que os parâmetros usados são, principalmente, a qualidade na execução do serviço (fragmento 12) e a velocidade/produktividade (fragmento 13). Tais parâmetros são "aferidos", normalmente, por meio do uso de canais informais de comunicação como o contato com outros contratantes ou pela aplicação de testes junto as catadoras (fragmento 14). Tais testes, aliados a esta difusa rede de comunicações, parecem determinar a forma como se dará a inserção destas mulheres (catadoras de linha) na cadeia produtiva do jeans na cidade de Jaraguá/GO. Caso atendam as "especificações" (de qualidade e/ou produtividade) de seus contratantes, estas mulheres passam a ter "acesso" a uma rede que lhes dá acesso a maior ou menor quantidade de dinheiro.

Tal distribuição das peças junto as catadoras de linha atende aos critérios acima, mas, leva em conta, também, os prazos de entrega das roupas pelo próprio acabamento. Neste sentido, caso os prazos impostos pelas confecções sejam muito reduzidos, as empresas de acabamento tem de acelerar suas atividades "espalhando" suas peças por uma rede de catadoras (vizinhos, também) que, muitas vezes, distribui-se por bairros periféricos da cidade. A maioria dos contratos firmados entre contratantes e as mulheres que catam linha é de natureza informal (acordos verbais), sem registros da quantidade de peças confeccionadas, nem dos dias empregados.

Quanto a catar linha em si, não se trata de um trabalho de difícil execução. O único instrumento empregado é uma pequena tesoura adquirida pelas próprias mulheres que cortam linha. Tal realidade parece influenciar no valor do serviço pago pelos acabamentos para estas mulheres (cerca de R\$ 0,20 centavos por peça). Tal valor, aliado a quantidade média de roupas executada por dia (cerca de 50 peças), faz com que o ganho diário seja da ordem de R\$ 10,00 (fragmento 15). Para este tipo de atividade, não há qualquer pagamento fixo, sem nenhuma garantia de direitos sociais. Além disto, os pagamentos são feitos, normalmente, por quinzena ou por mês, garantindo uma renda, para estas trabalhadoras, de cerca de R\$ 200,00 por mês.

No que diz respeito a jornada de trabalho destas mulheres, podemos observar que há uma "fusão" dos tempos da casa e do trabalho. Normalmente, conforme pode ser visto no fragmento (16), as peças chegam nas casas por volta das sete da manhã e tem prazo final de entrega para o contratante por volta das 16 horas. Nesse intervalo, a mulher trabalhadora deve executar tanto as tarefas domésticas quanto as laborais. Por fim, é preciso destacar que, embora seja uma atividade simples de ser executada, a mesma infringe dores físicas a estes trabalhadores. Conforme o fragmento (17), as principais reclamações destes trabalhadores dizem respeito a dores nas costas, no pescoço, nas pernas e, principalmente, nos olhos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, o objetivo foi compreender as configurações do trabalho domiciliar em um importante pólo de confecções do estado de Goiás. Por meio de um estudo qualitativo foram efetuadas 15 entrevistas semiestruturadas, cujo conteúdo foi submetido a procedimentos de análise do discurso. Os principais resultados confirmam a teoria, desenhando um quadro de precarização generalizada associada ao trabalho domiciliar. À medida que as casas também passam a constituir espaços de trabalho, observam-se influências diversas sobre a dinâmica da família, empregada na atividade laboral, sobre a extensão da jornada de trabalho, já que não se tem como “ir embora” para casa, e sobre a identidade das mulheres, já que o trabalho domiciliar, sendo predominantemente feminino, significa adição das obrigações profissionais aos papéis domésticos. Em um quadro de ampla informalidade e ausência de quaisquer direitos trabalhistas e sociais, o trabalho se apresenta como um discurso ideológico que associa a dedicação profissional à dignidade individual.

As principais contribuições do estudo se referem à necessidade de por em pauta a discussão relacionada ao trabalho e à sua qualidade nos dias de hoje. Será suficiente ter um trabalho, não importante qual seja a sua natureza? Aparentemente, não. O caso de Jaraguá, como tantos outros no Brasil, sugere que a precarização do trabalho tem um papel específico em um contexto capitalista, que se baseia na super exploração da mão de obra para auferir resultados positivos. Quando o quadro se desenha sobre o trabalho domiciliar, a situação é ainda agravada, uma vez que o espaço da produção se mistura com o espaço da vida doméstica, com implicações negativas para todos os envolvidos, apesar do onipresente discurso de geração de renda e empregados, e que antes um trabalho com problemas do que não ter trabalho. Até quando discursos como esse farão sentido?

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. R. P. O avesso da moda. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- CARDOSO, S. H. B. Discurso e Ensino. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DANGLER, J. F. Electronics subassemblers in central New York: nontraditional homeworkers in a nontraditional homework industry. In: BORIS, E.; DANIELS, C. R. (Ed.). Homework. Chicago: University of Illinois Press, 1989.
- DELANEY, A. Global trade and home work. *Gender and Development*, v. 12, n. 2, p. 22-28, July 2004.
- FELSTEAD, A.; JEWSON, N. In work at home. London: Routledge, 2000.
- FELSTEAD, A.; JEWSON, N.; PHIZACKLEA, A.; WALTERS, S. A statistical portrait of working at home in the UK: evidence from de labour force survey. Working Paper 4, Mar. 2000.
- GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2006.

GONÇALVES, R. Globalização e desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HELOANI, R. Organização do trabalho e administração. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KUMAR, K. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MARTIN, H.-P.; SCHUMANN, H. A armadilha da globalização. 4. ed. São Paulo: Globo, 1998.

PEARSON, R. Organising home-based workers in the global economy: an action-research approach. *Development in Practice*, v. 14, n. 1/2, p. 136-148, Feb. 2004.

SILVER, H. The demand for homework: evidence from the U.S. Census. In: BORIS, E.; DANIELS, C. R. (Ed.). *Homework*. Chicago: University of Illinois Press, 1989.

TOMEI, M. El trabajo a domicilio en países seleccionados de América Latina: una visión comparativa. Ginebra: OIT, 1999. (Documento de discusión 29)